



Defensoria Pública em Francisco Beltrão

**AO JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA
COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO – ESTADO DO PARANÁ**

URGENTE

Pedido de Tutela Antecipada – Direito à Saúde

ISABELA STEINHEUSEN SONAGLIO, brasileira, nascida em 03 de janeiro de 2017, contando com 6 anos de idade, **portadora de paralisia cerebral secundária e toxoplasmose congênita, com disfagia grave**, representada por **KÉLLI MAIARA RAITZ STEINHEUSEN**, brasileira, autônoma, casada, portadora do RG n. 10.247.255-1 SSP/PR, inscrita no CPF n. 063.189.729-19, residente e domiciliada na rua São Miguel, n° 605, Bairro São Miguel, em Francisco Beltrão - PR, CEP: 85602-400, com telefone e WhatsApp (46) 9 9129-8241, assistida pela DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, procuração dispensada nos termos do no artigo 16, parágrafo único da Lei Federal n.º 1.060/50, do artigo 156, inciso IX, da Lei Complementar Estadual n.º 136/11, e conforme consignado no artigo 128, inciso XI, da Lei Complementar Federal n.º 80/94, por intermédio do órgão de execução que abaixo subscreve, ajuíza

**AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA DE
URGÊNCIA**





Defensoria Pública em Francisco Beltrão

Em face do **MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Octaviano Teixeira dos Santos, 1000, CEP: 85.601-030, Francisco Beltrão – Paraná, endereço eletrônico desconhecido, neste ato representado por seu Prefeito e/ou Procurador e também do **ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público, ente representado, para fins judiciais, pelo Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral do Estado, com sede na Rua Paula Gomes, 145, São Francisco, Curitiba – Paraná, CEP: 80.510-070, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

I. PRELIMINARMENTE:

I.I. DA PRIORIDADE NA TRAMITAÇÃO

Inicialmente, requer observância à prioridade absoluta na tramitação do feito, vez que atinente ao direito fundamental à saúde e à própria vida com dignidade de criança, conforme disposto no art. 1048, II, do CPC c/c art. 4º e seguintes do ECA.

I.II. DA ISENÇÃO DE CUSTAS E DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Nos termos do disposto no art. 147, §2º do Estatuto da Criança e do Adolescente, há isenção de custas e emolumentos nas ações judiciais de competência do Juízo da Infância, como no caso em tela. Sem prejuízo, requer o reconhecimento do direito público subjetivo à gratuidade de justiça, com fulcro nos artigos 98 e 99, § 3º, do Código de Processo Civil de 2015, por não possuir recursos suficientes para suprir as custas processuais e os honorários advocatícios, motivo que, inclusive, justificou a atuação desta Defensoria Pública.

I.III. DO PRAZO EM DOBRO E DA INTIMAÇÃO PESSOAL





Defensoria Pública em Francisco Beltrão

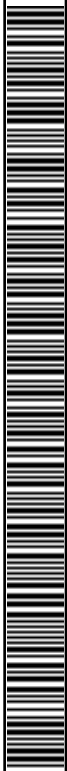
A requerente é assistida pela Defensoria Pública do Estado do Paraná, razão pela qual comunica a utilização das prerrogativas funcionais da Instituição, como a contagem em dobro dos prazos processuais e a intimação pessoal do Defensor Público, sob pena de nulidade dos atos praticados, em consonância com o artigo 5º, § 5º, da Lei 1.060/50, artigo 128, I, da Lei Complementar Federal 80/94, bem como do art. 186, caput e §1º, do CPC/2015.

II. DA SÍNTESE FÁTICA

A autora Isabela, nascida em 03/01/2017, atualmente com 6 anos e 2 meses, apresenta paralisia cerebral tetraplégica com predomínio braquial (CID 10 - G80.0), paralisia cerebral quadriparética (CID 11 - 8D20.10), epilepsia (CID 11 - 8A60.0Y) e hidrocefalia (CID 10 - G40.4), secundários à complicações neurológicas de toxoplasmose durante o segundo trimestre de gestação, conforme laudos e relatórios médicos que vão anexos à presente. **A infante possui sequelas de caráter crônico com comprometimento neurológico global.**

A infante nasceu a termo, porém, teve hemorragia periventricular intra útero, evoluiu com crise convulsiva e dificuldade alimentar e atualmente **possui disfagia grave, necessitando de dieta exclusiva via gastrostomia.** Isabela tem refluxo grave e necessita usar inibidores de bomba a cada 3 meses, sendo a sua dieta hipercalórica e com pequenos volumes para atender a sua demanda metabólica, motivo pelo qual necessita de suplementação alimentar, tudo via sonda gástrica.

A infante vinha fazendo uso da fórmula infantil Nutren Junior da Nestlé há aproximadamente um ano, a qual era disponibilizada gratuitamente pela Secretaria Municipal de Saúde, porém, no início de dezembro de 2022, passou a apresentar intolerância ao referido leite. Os sintomas incluíam vômitos e mal estar, situação essa que perdurou por aproximadamente 40 dias, necessitando a infante de internamento hospitalar para descobrir a causa dos referidos sintomas.





Defensoria Pública em Francisco Beltrão

Somente após testar diversas fórmulas, quais sejam, **Pediasure, Nutren Junior, Pregomin e Neocate LCP**, **todas mal sucedidas**, descobriu-se que a infante apresenta tolerância apenas à fórmula **Fortini Plus sem sabor**, da Danone, a qual é hipercalórica e comporta o volume de aceitação do estômago, conforme atestado de acompanhamento (em anexo) emitido pela médica pediatra que acompanha a infante, Dra. Elizamara Eliege Segala (CRM 30514/PR).

Nesse sentido, diante da indicação médica de duas profissionais distintas que prescrevem o tratamento da infante, a gastropediatra Dra. Margarida Alba Winckler (CRM/SC 7809) e a pediatra Dra. Elizamara Eliege Segala (CRM 30514/PR), Isabela deve manter a suplementação alimentar com Fortini Plus sem sabor para que possa manter a sua nutrição adequada às suas necessidades, necessitando de no mínimo 26 latas (400g cada) por mês, conforme atestado médico emitido pela pediatra Dra. Margarida (em anexo).

Conforme se depreende dos valores orçados em diversas farmácias para a referida fórmula infantil (em anexo), a lata de 400g de Fortini Plus sem sabor custa em torno de R\$ 65,99 (sessenta e cinco reais e noventa e nove centavos). Considerando que a infante necessita de 26 (vinte e seis) latas mensais, o custo mensal de sua suplementação alimentar gira em torno do montante **aproximado de R\$ 1.715,16 (mil setecentos e quinze reais e dezesseis centavos)**, valor esse incompatível com a condição financeira da família.

De acordo com os comprovantes anexados ao presente pedido inicial, o núcleo familiar de Isabela (composto por Isabela, a irmã Natália (ainda bebê), a genitora Kéli e o genitor Marcos) é hipossuficiente, pois está inserido no CadÚnico em razão da renda familiar estar entre um e dois salários mínimos.

Cumprando também informar que Isabela possui plano de saúde junto à Unimed Nacional, em razão da **indispensabilidade** de acompanhamento médico mensal nas mais diversas áreas da medicina, o que justifica o seu acompanhamento médico com profissionais particulares. Entretanto, o plano de saúde também negou a disponibilização





Defensoria Pública em Francisco Beltrão

da dieta específica de que necessita Isabela, conforme resposta em anexo, sob a justificativa de que o procedimento não consta no rol de procedimentos da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar).

Portanto, diante da completa inviabilidade de os genitores arcarem com o alto custo mensal da suplementação de Isabela, a genitora Kéli buscou a municipalidade a fim de obter gratuitamente a fórmula infantil Fortini Plus sem sabor, porém, teve sua solicitação indeferida sob a justificativa de que a fórmula não é disponibilizada pelo Programa Municipal de Dietas Especiais (conforme negativa municipal em anexo).

Por outro lado, a municipalidade informou que o programa possui disponibilidade da fórmula Nutren Junior, da Nestlé. Ocorre que essa é exatamente a fórmula infantil que a infante vinha utilizando há aproximadamente um ano, quando então apresentou intolerância.

Assim, diante da negativa apresentada pela municipalidade, a Defensoria Pública expediu Ofício à 8ª Regional de Saúde do Estado do Paraná, a qual também negou a disponibilização da fórmula infantil Fortini Plus sem sabor à solicitante, conforme resposta em anexo, sob a justificativa de que o produto não possui registro como medicamento, e que a formulação solicitada com os seus componentes não está disponível nos Componentes da Assistência Farmacêutica, na RENAME ou em qualquer outro programa do SUS no âmbito Federal e Estadual.

Contudo, a recusa para fornecimento de fórmula alimentar, com base no argumento de não disponibilização pelo programa Municipal de Dietas ou de que a fórmula não está disponível nos Componentes da Assistência Farmacêutica, na RENAME ou em qualquer outro programa do SUS no âmbito Federal e Estadual, **é ilegítima, ilegal e inconveniente**, violando frontalmente a Constituição Federal, a Convenção sobre o Direito das Crianças da ONU, a Lei 8.080/90 e o Estatuto da Criança e do Adolescente.





Defensoria Pública em Francisco Beltrão

Nesse compasso, alternativa não resta senão provocar o Estado-Juiz a fim de assegurar o seu direito à vida e, precipuamente, à saúde, consubstanciado no dever dos requeridos Ente Municipal e Estado do Paraná **DISPONIBILIZAREM, DE IMEDIATO, 26 latas de 400g da fórmula infantil Fortini Plus sem sabor, da Nestlé, mensalmente.** Ou, subsidiariamente, arcar com o valor total do custo mensal despendido pela família.

III. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

III.I. DA LEGITIMIDADE PASSIVA

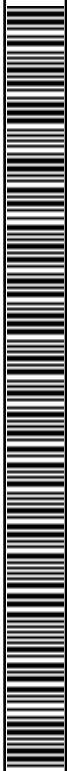
A saúde, nos termos dos artigos 6º e 196 da Constituição Federal, é direito fundamental social de toda e qualquer pessoa.

Dispõe o artigo 196 da Constituição Federal:

Art. 196: A saúde é direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

Nesse diapasão, incumbe ao Estado (gênero) proporcionar os meios adequados para proteger a saúde do indivíduo, especialmente quando se tratar de iminente hipótese de danos e males à saúde, de sorte que o Sistema Único de Saúde torna a responsabilidade linear, alcançando a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, podendo o usuário recorrer **a qualquer um deles** ou a todos.

De acordo com o artigo 23, inciso II, da CF, é competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde pública, devendo referidos entes elaborarem políticas sociais e econômicas na área citada (artigo 196 da CF).





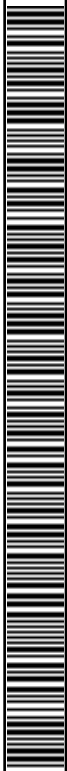
Defensoria Pública em Francisco Beltrão

A prestação da saúde à população ocorre por meio de uma rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços públicos, organizados pelos entes públicos num Sistema Único de Saúde - SUS (artigo 198 da CF e artigo 4º da Lei nº 8.080/90), tendo, como consequência, a concorrência de todos eles para o seu financiamento (artigo 198, § 1º, da CF), o que implica a responsabilidade solidária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios pelo cumprimento do dever de prestação da saúde, aqui incluídos o fornecimento de medicamentos e a realização de cirurgias/procedimentos médicos.

Sendo solidária a responsabilidade dos entes públicos pela prestação do serviço de saúde, poderá a parte constante do polo ativo dessa relação jurídica de saúde acionar qualquer um deles (ou todos) para cumprimento da obrigação, sendo desnecessário o acionamento de todos:

Nesse sentido, a jurisprudência pacífica dos Tribunais Superiores:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. SÚMULA 83/STJ. I - A análise de suposta ausência de direito líquido e certo para a impetração de mandado de segurança é obstada pela incidência da Súmula n. 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial". II - É firme o entendimento desta Corte Superior no sentido de que a União, os Estados e o Municípios respondem solidariamente pela obrigação de fornecer medicamento.



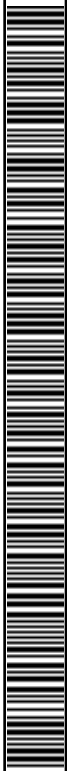


DPE PR
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Defensoria Pública em Francisco Beltrão

III - O Agravante não apresenta, no regimental, argumentos suficientes para desconstituir a decisão agravada. IV - Agravo Regimental improvido. STJ - AGRADO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL AgRg no AREsp 183486 CE 2012/0110128-9 (STJ). Data de publicação: 12/05/2015. (Grifo nosso).

RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DAS PESSOAS POLÍTICAS QUE INTEGRAM O ESTADO FEDERAL BRASILEIRO, NO CONTEXTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) – COMPETÊNCIA COMUM DOS ENTES FEDERADOS (UNIÃO, ESTADOS-MEMBROS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS) EM TEMA DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE PÚBLICA E/OU INDIVIDUAL (CF, ART. 23, II) – DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL QUE, AO INSTITUIR O DEVER ESTATAL DE DESENVOLVER AÇÕES E DE PRESTAR SERVIÇOS DE SAÚDE, TORNA AS PESSOAS POLÍTICAS RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIAS PELA CONCRETIZAÇÃO DE TAIS OBRIGAÇÕES JURÍDICAS, O QUE LHE CONFERE LEGITIMAÇÃO PASSIVA “AD CAUSAM” NAS DEMANDAS MOTIVADAS POR RECUSA DE ATENDIMENTO NO ÂMBITO DO SUS – CONSEQUENTE POSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO DA AÇÃO CONTRA UM, ALGUNS OU TODOS OS ENTES ESTATAIS – PRECEDENTES – RECURSOS DE AGRAVO IMPROVIDOS. STF - AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO RE 839086 PE (STF). Data de publicação: 14/11/2014. (Grifo nosso).





DPE **PR**
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Defensoria Pública em Francisco Beltrão

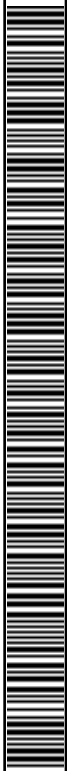
APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO HUMANO Á SAÚDE. MEDICAMENTOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. LEGITIMIDADE PASSIVA. É responsabilidade do Estado (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) fornecer medicamento aos que dele necessitam sem restrição às listas do SUS -, na forma do que dispõem os artigos 196 da Carta Magna e 241 da Constituição Estadual ao estabelecerem que a saúde é direito de todos e dever do Estado, razão por que não há que se falar em ilegitimidade do Município demandado. APELAÇÃO IMPROVIDA. (Apelação Cível No 70080676521, Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Francesco Conti, Julgado em 27/03/2019). (TJ-RS - AC: 70080676521 RS, Relator: Francesco Conti, Data de Julgamento: 27/03/2019, Quarta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 10/04/2019) (grifo nosso).

Demonstrada, portanto, a legitimidade do Ente Municipal e do Ente Estatal.

III.II. DO DIREITO À SAÚDE DA CRIANÇA

A Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989, em seu artigo 24 dispõe que:

Artigo 24. Os Estados Partes reconhecem o direito da criança de gozar do melhor padrão possível de saúde e dos serviços destinados ao tratamento das doenças e à recuperação da saúde. Os Estados Partes devem envidar esforços para assegurar que nenhuma criança seja privada de seu direito de usufruir desses serviços de cuidados de saúde.





DPE PR
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Defensoria Pública em Francisco Beltrão

1. Os Estados Partes devem garantir a plena aplicação desse direito e, em especial, devem adotar as medidas apropriadas para:

o reduzir a mortalidade infantil;

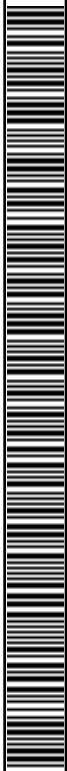
o assegurar a prestação de assistência médica e cuidados de saúde necessários para todas as crianças, dando ênfase aos cuidados primários de saúde;

o combater as doenças e a desnutrição, inclusive no contexto dos cuidados primários de saúde mediante, inter alia, a aplicação de tecnologia prontamente disponível e o fornecimento de alimentos nutritivos e de água limpa de boa qualidade, tendo em vista os perigos e riscos da poluição ambiental; (grifo nosso).

Toda criança tem direito a tratamento médico adequado e ao fornecimento de fármacos e alimentos necessários para garantir seu desenvolvimento sadio e digno, como preconiza a Convenção sobre Direito das Crianças, ratificada pelo Brasil, tratando-se de dever do Estado (gênero). E, no caso concreto, a autora tem este direito que somente se efetivará com o fornecimento do alimento-medicação necessário para sua sobrevivência.

A Constituição Federal qualifica o direito à saúde como direito fundamental social, de responsabilidade do Estado. Nesse sentido, os arts. 6º e 196 da Constituição Federal:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (grifo nosso)





Defensoria Pública em Francisco Beltrão

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (grifo nosso)

Com efeito, entende o E. Supremo Tribunal Federal que as normas das Constituições da República e dos Estados que asseguram o direito à saúde e, no caso de pacientes carentes, a garantia da total cobertura assistencial à saúde, não se tratam de normas programáticas, mas de normas fundamentais de eficácia direta e aplicabilidade imediata, concretizadoras do princípio da dignidade da pessoa humana, estampado no preceito normativo enunciado no inciso III do artigo 1º, da CRFB.

Como dever fundamental do Estado, o direito à saúde deve ser acessível a todos, sem distinção. Contudo, tratando-se de **criança**, a Constituição Federal assegura especial proteção, esculpindo no art. 227, caput, o **princípio da prioridade absoluta**:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (grifo nosso)

De igual maneira, o Estatuto da Criança e do Adolescente garante de forma especializada o direito à efetivação do direito à saúde e alimentação de crianças e adolescentes, positivando o princípio da prioridade absoluta:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por





DPE PR
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Defensoria Pública em Francisco Beltrão

lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;*
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; (grifo nosso).*

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. (grifo nosso)





DPE PR
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Defensoria Pública em Francisco Beltrão

Art. 11. É assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, observado o princípio da equidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.

§ 1º. A criança e o adolescente com deficiência serão atendidos, sem discriminação ou segregação, em suas necessidades gerais de saúde e específicas de habilitação e reabilitação.

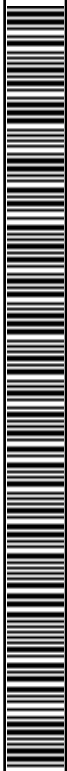
§ 2º. Incumbe ao poder público fornecer gratuitamente, àqueles que necessitarem, medicamentos, órteses, próteses e outras tecnologias assistivas relativas ao tratamento, habilitação ou reabilitação para crianças e adolescentes, de acordo com as linhas de cuidado voltadas às suas necessidades específicas.
(grifos nossos)

Do que se depreende dos artigos acima, o direito à saúde é amplamente garantido às crianças e adolescentes.

Nada obstante, lamentavelmente, a realidade brasileira nos mostra a indiferença do Poder Público com os problemas da saúde, seja pela recusa, seja pela excessiva morosidade na disponibilização de tratamento e procedimento necessários e adequados, conclusão a que se chega diante das milhares de ações ajuizadas, visando à tutela do direito fundamental à saúde e à vida digna, não restando alternativa à autora senão ingressar com a presente demanda, objetivando a prestação da tutela jurisdicional para garantia e efetivação do seu direito.

Salienta-se que o direito à saúde e a alimentação adequada compreende o fornecimento pelo Estado (gênero) de alimentos especiais para tratamento de saúde.

Nesse sentido:





DPE **PR**
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Defensoria Pública em Francisco Beltrão

APELAÇÃO – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO – Pretensão inicial voltada ao fornecimento de suplemento alimentar ("Nutridrink Max") destinado a viabilizar o tratamento da doença da qual o autor é portador – Admissibilidade – Artigo 196 da Constituição Federal – Direito constitucional à saúde – Dever do Poder Público de fornecer medicamentos e insumos àqueles que necessitam e se encontram em situação de vulnerabilidade econômica – Princípio da reserva do possível inoponível em relação ao direito à vida e à saúde – Necessidade e eficácia do tratamento médico demonstradas – Sentença reformada. Recurso provido. (TJSP; Apelação Cível 1003473- 57.2018.8.26.0127; Relator (a): Paulo Barcellos Gatti; Órgão Julgador: 4ª Câmara de Direito Público; Foro de Carapicuíba - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 12/08/2019; Data de Registro: 26/08/2019) (grifo nosso).

APELAÇÃO – Procedimento ordinário – Fornecimento de medicamento, suplemento alimentar necessário ao tratamento de "paralisia cerebral e hidrocefalia" - Preliminares afastadas – Mérito - Dever do Estado – Artigos 6º e 196 da Constituição Federal, bem como 219 da Constituição Estadual – Direito líquido e certo – Configuração – Possibilidade - Recursos desprovidos. (TJSP; Apelação Cível 0008781-37.2015.8.26.0664; Relator (a): Marcos Pimentel Tamassia; Órgão Julgador: 1ª Câmara de Direito Público; Foro de Votuporanga - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 21/06/2016; Data de Registro: 23/06/2016). (grifo nosso).

Não restam dúvidas, portanto, do dever do requerido em fornecer, com urgência, a alimentação-medicação necessária para garantir a vida da ora autora.



Defensoria Pública em Francisco Beltrão

A recusa para fornecimento de fórmula alimentar, com base no argumento de não disponibilização pelo programa Municipal de Dietas e de que a fórmula não está disponível nos Componentes da Assistência Farmacêutica, na RENAME ou em qualquer outro programa do SUS no âmbito Federal e Estadual, é ilegítima, ilegal e inconveniente, violando frontalmente a Constituição Federal, a Convenção sobre o Direito das Crianças da ONU, a Lei 8.080/90 e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Assim, o fato dos medicamentos-alimento não estarem dispostos em lista oficial não enseja o afastamento da responsabilidade dos entes públicos em fornecê-los, seja qual for a esfera. Nesse sentido, a jurisprudência tem o seguinte atendimento:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELO MUNICÍPIO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. Agravado portador de Doença de Parkinson em estágio avançado, necessitando dos medicamentos STABIL, QUETROS, CITALOPRAM e PROLOPA, conforme atestado por laudo médico. Responsabilidade solidária dos entes públicos no fornecimento de medicamentos. Exegese da Súmula nº 65 do TJRJ. Ação originária distribuída posteriormente à conclusão do julgamento do Recurso Especial nº 1.657.156/RJ, cadastrado no E. STJ como Tema 106. Preenchimento dos requisitos ali estabelecidos, para concessão dos medicamentos. Existência de laudo médico fundamentado e circunstanciado. Incapacidade financeira do paciente de arcar com o custo dos medicamentos prescritos que restou comprovada. Medicamentos prescritos notoriamente registrados na ANVISA. O fato de um medicamento não estar padronizado em lista oficial não afasta a responsabilidade do ente público em fornecê-lo, eis que não pode norma administrativa restringir direito fundamental, tampouco há se falar em afronta ao princípio da reserva do



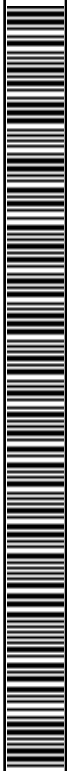
Defensoria Pública em Francisco Beltrão

possível. Súmula 180 do TJRJ. Presentes os requisitos do art. 300 do CPC para a concessão da tutela de urgência. Aplicação da Súmula nº 59 do TJRJ. DESPROVIMENTO DO RECURSO. (Des(a). NILZA BITAR - Julgamento: 18/12/2019 - VIGÉSIMA QUARTA CÂMARA CÍVEL - 0062740-28.2019.8.19.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO). (grifo nosso)

Outrossim, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento dos embargos de declaração opostos no Recurso Especial no 1.657.156/RJ, representativo da controvérsia repetitiva descrita no Tema 106, fixou a seguinte tese para o fornecimento de medicamentos não incorporados nos atos normativos do SUS, também empregada para o fornecimento de medicação-alimentação:

A concessão dos medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS exige a presença cumulativa dos seguintes requisitos: i) comprovação, por meio de laudo médico fundamentado e circunstanciado expedido por médico que assiste o paciente, da imprescindibilidade ou necessidade do medicamento, assim como da ineficácia, para o tratamento da moléstia, dos fármacos fornecidos pelo SUS; ii) incapacidade financeira de arcar com o custo do medicamento prescrito; iii) existência de registro do medicamento na ANVISA, observados os usos autorizados pela agência.

Nesse diapasão, cabe informar o preenchimento dos requisitos acima assinalados, conforme atestado de acompanhamento médico da requerente, o qual confirma a imprescindibilidade da fórmula infantil Fortini Plus sem sabor e a ineficácia da fórmula disponibilizada pelo SUS (Nutren Junior) para a nutrição da infante; comprovante e extrato do cadastro da família no CadÚnico e declaração de hipossuficiência – apesar desta ser presumida, considerando tratar-se de criança 6





Defensoria Pública em Francisco Beltrão

anos de vida – e comprovante de registro perante a ANVISA, todos acompanhando a presente inicial.

Não paira dúvida, portanto, do dever do Ente demandado em fornecer, com urgência, os medicamentos-alimento necessários para garantir as condições adequadas para o desenvolvimento da requerente, resguardando-lhe, por conseguinte, a saúde e uma vida digna.

Salienta-se que a autora, infelizmente, encontra-se em situação de hipervulnerabilidade, vez que é criança, deficiente e carece de recursos financeiros, gozando, lado outro, de prerrogativas constitucionais e legais que visam equilibrar sua situação jurídica e o exercício de sua vida com dignidade, não podendo ter seus direitos fundamentais violados pelo Estado (gênero) que tem o dever de protegê-los.

III.III. DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO ESTADUAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

A presente demanda versa sobre o direito fundamental à saúde de criança, que goza da garantia constitucional da **prioridade absoluta**, nos termos do art. 227, *caput*, da CFR/88, tendo o Estado, incluindo o Estado-Juiz, o **dever** de efetivá-lo, com a maior celeridade possível.

Dessa forma, a própria Constituição concedeu a criança e ao adolescente proteção diferenciada no ordenamento jurídico pátrio. Nesse compasso, atendendo ao comando constitucional, a Lei 8.069/90 dispõe que compete ao Juízo Especializado da Infância decidir sobre pedidos afetos às ações e serviços de saúde envolvendo crianças e adolescentes, nos termos do art. 148, IV e art. 209, VII, do referido *codex*.

Não se desconhece que a **1ª Seção do STJ instaurou Incidente de Assunção de Competência – IAC nº 14** para decidir se, observada a solidariedade dos entes federados na prestação do direito fundamental à saúde, o autor pode escolher contra qual





Defensoria Pública em Francisco Beltrão

deles será movida a ação para fornecimento de medicamento não incluído em políticas públicas, mas devidamente registrado na Anvisa, como no presente caso. Contudo, ao afetar o Tema, o STJ decidiu expressamente a (...) c) *manutenção do curso das ações que versam sobre a dispensação de tratamento/medicamento não incluído nas políticas públicas, visto que a suspensão dos feitos poderia causar dano de difícil reparação àqueles que necessitam da tutela do direito à saúde; d) havendo conflito de competência, fica, nos termos do art. 955 do CPC/2015, designado o Juízo estadual para decidir, em caráter provisório, as medidas urgentes referentes aos processos em comento (...);*¹

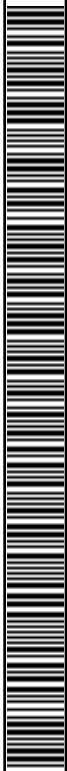
Verifica-se, portanto, que é mantida a competência do juízo estadual até o julgamento final do referido Incidente em **todas** as demandas (quer o polo ativo seja formado por pessoa plenamente capaz ou não) por direito à saúde em que o objeto é medicamento não ofertado pelo SUS, mas registrado na Anvisa. Somado a isso, ressalta-se que o caso concreto versa sobre direito de criança, que goza de absoluta prioridade e possui *status* de proteção diferenciado pela própria Constituição Federal, o que corrobora ainda mais a competência do Juízo Especializado.

III.IV. DO PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA

O instituto da tutela de urgência, do qual é espécie a tutela antecipada, permite ao juiz que, existindo elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, antecipe os efeitos do provimento jurisdicional pretendido pela parte, desde que inexistam risco de irreversibilidade da eficácia da decisão, na forma do artigo 300 do Código de Processo Civil. Nesse Sentido:

¹ Endereço eletrônico do STJ, consultado em 23/03/2023, às 10h12:

<https://www.stj.jus.br/sites/portalt/Paginas/Comunicacao/Noticias/26072022-IAC-vai-definir-se-autor-de-pedido-de-medicamento-pode-escolher-ente-federado-para-figurar-no-polo-passivo.aspx> e https://processo.stj.jus.br/processo/julgamento/eletronico/documento/mediado/?documento_tipo=integra&documento_sequencial=156184989®istro_numero=202200976139&peticao_numero=2022001J2100&publicacao_data=20220613&formato=PDF





Defensoria Pública em Francisco Beltrão

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

No caso em tela, estão presentes as hipóteses para a concessão da antecipação dos efeitos da tutela, haja vista que, quanto à probabilidade do direito, fartamente demonstrado que a pretensão da autora encontra suporte na normativa internacional, constitucional e infraconstitucional.

Somado a isso, a autora comprovou documentalmente que precisa do alimento-medicação para sobreviver e que a Municipalidade e o Estado do Paraná indeferiram administrativamente o fornecimento do produto.

De igual forma, no que tange ao perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, a autora depende deste produto para se alimentar e, por conseguinte, sobreviver.

Presentes, assim, os requisitos autorizadores da concessão da medida, em caráter liminar, ***inaudita altera pars***, postula-se **imediato fornecimento pelo Município e/ou pelo Estado do alimento-medicação especial Fortini Plus sem sabor para a autora** até o deslinde desta demanda, vez que extremamente necessários à manutenção de sua saúde e, em último caso, da própria vida.

Vale dizer, a pretexto de garantir a ampla defesa e o contraditório, que não restará prejudicado, mas apenas diferido no tempo, e, não obstante as respeitáveis opiniões doutrinárias e jurisprudenciais, ainda que minoritárias, sobre a apreciação do





Defensoria Pública em Francisco Beltrão

pedido após a resposta do requerido, o direito à saúde e ao acesso à ordem jurídica justa restaria irremediavelmente aniquilado no caso em tela.

Ou seja, condicionar o caso em testilha à apreciação do pedido de tutela provisória após a resposta do réu, implicaria angustiante e inaceitável, permissa venia, dupla omissão do Estado.

Andou bem o legislador pátrio ao não tolher o Magistrado em sua capacidade de aquilatar, caso a caso, a possibilidade e a necessidade de concessão deste tipo de tutela antes da manifestação do réu, desde que preenchidos os seus pressupostos, como ocorre na presente demanda.

III.V. DA TUTELA DA OBRIGAÇÃO PELO EQUIVALENTE: BLOQUEIO/SEQUESTRO DE VERBAS PÚBLICAS EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DA DECISÃO JUDICIAL

A prestação da tutela jurisdicional visa, primordialmente, conferir ao detentor do direito resultado idêntico àquele previsto no ordenamento, que não foi obtido em decorrência da inobservância de uma conduta imposta pela lei.

Dentro deste contexto, é função do magistrado a efetivação desse direito, materializado na concessão da tutela específica, e em caso de sua impossibilidade, na obtenção de um resultado prático equivalente a aquela.

Neste ponto específico, relevante mencionar que o art. 297 do CPC/2015 expressamente estabelece que o juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para a efetivação da tutela provisória.

Como é sabido, em casos como o que ora se apresenta, a jurisprudência dos Tribunais Superiores é reiterada e pacífica no sentido de admitir o cabimento do bloqueio/sequestro de valores necessários para a aquisição de medicamentos, exames e





DPE PR
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Defensoria Pública em Francisco Beltrão

demaís procedimentos médicos, diretamente na conta corrente do Ente Estatal, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL. PRESERVAÇÃO DA SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELO ESTADO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. DESCUMPRIMENTO DA DECISÃO JUDICIAL. BLOQUEIO DE VERBAS PÚBLICAS. POSSIBILIDADE. ART. 461 , § 5º , DO CPC . PEQUENO VALOR. PRECEDENTES. 1. É pacífico o entendimento do STJ de que cabe sequestro ou bloqueio de verba indispensável à aquisição de medicamentos. Essa cautela é excepcional, adotada em face da urgência e imprescindibilidade de sua prestação. 2. Na hipótese em exame, há a certificação de descumprimento, pelo Estado, de ordem judicial no fornecimento de remédio, embora se verifique premente necessidade do paciente/substituído em fazer uso de medicamento indispensável e fundamental para o seu tratamento, visto que enfermo, portador de neoplasia maligna de próstata. 3. In casu, a desídia do ente estatal, frente ao comando judicial emitido, pode resultar em grave lesão à saúde ou mesmo pôr em risco a vida do demandante. 4. Agravo Regimental não provido. STJ - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL AgRg no REsp 1429827 GO 2014/0007755-1 (STJ). Data de publicação: 18/06/2014. (grifo nosso).

Assim, na hipótese de descumprimento por parte do requerido da obrigação de disponibilizar o alimento-medicação necessário, requer, de logo, o bloqueio/sequestro da quantia de R\$ 20.588,88 (vinte e oito mil quinhentos e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos) apta a sua viabilização pelo prazo de um ano, pela via privada, nas contas



Defensoria Pública em Francisco Beltrão

do ente ora demandado, único meio de garantir a efetividade da tutela jurisdicional do direito da autora.

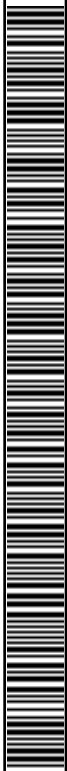
IV. DO DESINTERESSE INICIAL NA AUTOCOMPOSIÇÃO

Diante da premência na efetivação da tutela pretendida e da natureza do direito à saúde envolvido, manifesta o desinteresse inicial na autocomposição do litígio, a teor do que determina o art. 334, § 5º do Código de Processo Civil.

V. DOS PEDIDOS

Ante ao todo exposto, requer:

- a) O recebimento e processamento da presente demanda inicial, observada a competência do juízo especializado;
- b) A isenção de custas nos termos do disposto no art. 147, §2ª do Estatuto da Criança e do Adolescente e o reconhecimento do direito público subjetivo à gratuidade de justiça;
- c) A concessão imediata da tutela provisória de urgência, de forma liminar *inaudita altera pars*, a fim de **DETERMINAR** que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO** e o **ESTADO DO PARANÁ** sejam obrigados a fornecer 26 latas mensais do alimento-medicação “Fortini Plus sem sabor” à ISABELA STEINHEUSEN SONAGLIO, enquanto perdurar a necessidade da autora, sob pena de sequestro-bloqueio das verbas públicas no importe de R\$ 20.588,88 (vinte e oito mil quinhentos e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos), valor que deve ser utilizado para aquisição privada do alimento pelo prazo de um ano;





Defensoria Pública em Francisco Beltrão

- d) A citação das partes requeridas para, querendo, contestar a presente ação sob pena da incidência dos efeitos da revelia quanto à matéria de fato;
- e) A intimação da(o) ilustre representante do Ministério Público com atribuição perante esse douto Juízo para intervir no feito, na qualidade de custos legis;
- f) Seja, ao final, confirmada a tutela provisória de urgência, conferindo-lhe caráter definitivo, julgando-se, ainda, procedente todos os pedidos formulados, para **DETERMINAR** que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO** e o **ESTADO DO PARANÁ** sejam obrigados a fornecer 26 latas mensais do alimento-medicação “Fortini Plus sem sabor” à **ISABELA STEINHEUSEN SONAGLIO**, enquanto perdurar a necessidade da autora, sob pena de sequestro-bloqueio das verbas públicas no importe de R\$ 20.588,88 (vinte e oito mil quinhentos e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos), valor que deve ser utilizado para aquisição privada do alimento pelo prazo de um ano;
- g) a condenação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO** e do **ESTADO DO PARANÁ** ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários de sucumbência, com fundamento legal no art. 20, § 3º, do Código de Processo Civil, a serem depositados ao Fundo da Defensoria Pública do Estado do Paraná - FUNDEP, inscrito no CNPJ sob o n. 14.769.189/0001-96, Dados Bancários: Banco do Brasil, Agência 3793-1, Conta Corrente: 11.704-8.

Pretende provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente documental e testemunhal, reservando-se ao direito de apresentar testemunhas independentemente de intimação judicial, se for o caso, estudo pela equipe multidisciplinar.

Informa a Defensoria Pública que fará uso das prerrogativas legais previstas na LC nº 80/94, em especial intimação pessoal de todos os atos processuais mediante encaminhamento das intimações encaminhadas ao portal eletrônico em nome da





Defensoria Pública em Francisco Beltrão

Defensoria Pública do Estado do Paraná (art. 270, parágrafo único, CPC/2015), contagem em dobro dos prazos, e representação da parte independentemente de mandato.

Dá à causa o valor de R\$ 20.588,88 (vinte e oito mil quinhentos e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos).

Francisco Beltrão, datado e assinado eletronicamente.

RENATO MARTINS DE ALBUQUERQUE

8ª Defensoria Pública de Francisco Beltrão em Acumulação

Andrieli de Lima Capra

Estagiária de Pós-Graduação

Documentos que acompanham a ação:

1. Documento pessoal genitora Kélli;
2. Documento pessoal infante Isabela;
3. Comprovante de residência;
4. Declaração de hipossuficiência;
5. Atestado médico e receita gastro Margarida;
6. Atestado de acompanhamento pediatra Elizamara;
7. Negativa do Município;
8. Negativa da 8ª Regional de Saúde;
9. Negativa da Unimed;
10. Registro na ANVISA;
11. Comprovante de cadastro CadÚnico;





Defensoria Pública em Francisco Beltrão

12. Extrato CadÚnico familiar;
13. Orçamentos suplemento alimentar;
14. Relatório médico neuropediatra;
15. Laudo médico neuropediatra;
16. Laudo médico neurocirurgião.

